

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**CRESCIMENTO CHINÊS NA 1ª DÉCADA DO SÉC. XXI E SUAS
CONSEQUÊNCIAS NA ECONOMIA GLOBAL E NO COMÉRCIO EXTERIOR
BRASILEIRO**

TAINÁ CARDOSO DE LIMA DA COSTA RÊGO

matrícula nº 110059109

ORIENTADOR: Prof. Edson Peterli

Novembro 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**CRESCIMENTO CHINÊS NA 1ª DÉCADA DO SÉC. XXI E SUAS
CONSEQUÊNCIAS NA ECONOMIA GLOBAL E NO COMÉRCIO EXTERIOR
BRASILEIRO**

TAINÁ CARDOSO DE LIMA DA COSTA RÊGO

matrícula nº 110059109

ORIENTADOR: Prof. Edson Peterli

Novembro 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

RESUMO

O presente trabalho analisa o crescimento econômico chinês na 1ª década do século XXI e demonstra como essa ascensão trouxe consequências para o comércio global e em especial, o comércio brasileiro. O primeiro capítulo é dividido em dois tópicos, sendo o primeiro deles dedicado a entender como se deu o crescimento da China nos anos 2000 e quais fatores foram essenciais para que isso ocorresse. O segundo tópico traz uma breve análise do modelo de crescimento adotado pelo governo chinês, na mudança do eixo produtivo, dentre outras características da estratégia escolhida possibilitando modificar o eixo produtivo responsável pelo crescimento econômico.

O segundo capítulo também é dividido em duas partes, que têm por objetivo expor quais os impactos políticos e econômicos da China na economia global, em especial, na pauta exportadora do Brasil. A primeira parte desse capítulo é dedicada a discorrer sobre alguns mercados que foram afetados e, a segunda é dedicada a avaliar os mercados chineses para identificar aqueles que apresentem espaço para o estabelecimento de acordos comerciais como forma de incrementar o comércio.

Dedico esta monografia à minha
amada família e amigos.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão, pelo apoio e amor incondicional, tão essenciais em minha trajetória.

Aos meus amigos Beatriz Loureiro, Daniel Ferolla, Maria Luiza Messeder e Samarha Santana, que sempre acreditaram em mim e forneceram todo carinho dentro e fora do Instituto de Economia da UFRJ.

Agradeço aos colegas de trabalho do IBRE- FGV, que me fazem ter orgulho da minha profissão, além de, diariamente, me incentivarem a ser uma profissional melhor, mais capacitada, engajada com o desenvolvimento do meu país.

Ao meu orientador, pela paciência, cuidado e atenção, indefectíveis, extremamente importantes nessa reta final do curso de graduação.

Aos brilhantes professores que conheci no Instituto de Economia da UFRJ, que me instigaram a enxergar além do óbvio, a questionar e me posicionar diante dos conflitos, ao invés de permanecer inerte frente aos desafios da nossa profissão.

Aos amigos Guilherme Caetano e Luiz André Vaz, pelo consolo e conforto diários, pois a atenção deles aos pequenos detalhes tornaram os dias mais leves e alegres.

ÍNDICE

RESUMO.....	2
ÍNDICE.....	3
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I: CRESCIMENTO CHINÊS NOS ANOS 2000 : VANTAGENS COMPARATIVAS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E TECNOLOGIA	7
I.1) Das vantagens do atraso ao desenvolvimento tecnológico.....	7
I.2) A expansão da China nos anos 2000	12
CAPÍTULO II: O COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA –DESAFIOS E OPORTUNIDADE.....	16
II.1) Possíveis mudanças no padrão de crescimento chinês e seus impactos para economia mundial no pós-crise internacional.....	16
II.2) Desafios na cooperação Brasil x China – entraves ao comercio.....	30

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do Comércio Exterior Brasileiro de 2002 a 2011.....	17
Gráfico 2. Exportações Brasileiras para a China, por fator agregado – em Bilhões de US\$ FOB (2000-2013).....	22
Gráfico 3. Taxa de Cobertura brasileira em relação à China - Exportações/ Importações (2000 a 2013).....	
Gráfico 4. Índice de intensidade regional dos investimentos chineses (2005-2011)...	25

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Participação no PIB global (em %), com base na Paridade de Poder de Compra – Brasil, China, Índia e Coréia.....	12
Tabela 2 . Participação dos Principais Mercados de Destino na Pauta Exportadora Brasileira de Produtos Manufaturados	12
Tabela 3 . Evolução das exportações, importações e corrente de comércio da China - valor (em US\$ corrente) e participação mundial (%).....	14
Tabela 4 . Principais produtos exportados pelo Brasil para a China, em participação (%)	22
Tabela 5 . Destino das exportações e origem das importações chinesas (2001-2010)	24
Tabela 6 . Volume de Importações e Exportações do Brasil para a China (2001-2013) em Bilhões de US\$ FOB.....	26
Tabela 7 . Principais produtos importados da China pelo Brasil em US\$ FOB.....	29

Tabela 8 . Comércio intrassetorial – China x Brasil (2003-2009)pelo Brasil para a China, em participação (%)	30
--	----

INTRODUÇÃO

A china sofreu grandes transformações durante os anos 2000, tanto nos aspectos políticos como econômicos. Ao sair de uma posição isolada internacionalmente, o país vem se afirmando como uma verdadeira potência mundial.

O presente trabalho tem como relevância a exposição dos fatores que fizeram com que a reforma chinesa obtivesse como consequência transformações que extrapolaram as fronteiras do país, atingindo toda a economia global. Em especial, analisar como o comércio brasileiro foi afetado..

O primeiro capítulo é dividido em dois tópicos, sendo o primeiro deles dedicado a entender de que forma se deu o crescimento da China nos anos 2000, quais fatores foram essenciais para que isso ocorresse. O segundo tópico traz uma breve análise do modelo de crescimento adotado pelo governo chinês bem como a estratégia perseguida para mudar os nexos entre os segmentos produtivos na China que garantiram o crescimento verificado, nesta última década.

O segundo capítulo também é dividido em duas partes, que têm por objetivo expor quais os impactos políticos e econômicos da China na economia brasileira. A primeira parte desse capítulo é dedicada a discorrer sobre alguns mercados que foram afetados especificamente, e, a segunda aborda a importância do mercado chinês para o Brasil e explorar os setores atraentes a novos acordos comerciais, identificando quais produtos apresentam vantagens comparativas.

CAPÍTULO I

A ARTICULAÇÃO DO CRESCIMENTO CHINÊS NOS ANOS 2000 : VANTAGENS COMPARATIVAS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E TECNOLOGIA

1.1. Das vantagens do atraso ao desenvolvimento tecnológico

Em 1978, o governo de Deng Xiaping iniciou reformas econômicas na China que rapidamente proporcionaram resultados expressivos. A década de 80 foi marcada pelos incentivos à industrialização, pela atração de investimentos estrangeiros e principalmente pela abertura comercial, que, ainda que tardia, proporcionou uma clara transformação nas contas nacionais chinesas. O reflexo desse processo foi o crescimento real médio anual do PIB gravitando em torno de 10%, concomitante com uma inflação média anual de 6%. Portanto,

“a decisão do governo chinês, ao iniciar o processo de abertura e reformas em 1978, foi no sentido de, deliberadamente, incentivar a industrialização. (...) as principais medidas consistiram na abertura do comércio externo de bens e a liberalização de investimentos industriais por parte de empresas estrangeiras. Logo, é natural que o crescimento tenha sido liderado pela indústria e intensivo em acumulação de capital.”

(NONNENBERG, M., LEVY, P., NEGRI, F. & COSTA, K 2009)

Os resultados se tornam ainda mais significativos se comparados ao plano econômico mundial pós-1973, assolado em um contexto de depressão e desaceleração do ritmo de crescimento. Isso somado à ruptura com o isolamento diplomático decorrente do fim da aliança sino-soviética. Essa onda de desenvolvimento chinesa foi considerada “uma espécie de gigantesca e prolongada Nova Política Econômica (NEP), que recolocou na modernização econômica, e não na luta de classes, o núcleo da superação e do isolamento diplomático chinês” (LOSURDO, 2004, p.67).

Os impactos dessa onda de desenvolvimento não se restringiram a esfera industrial, mas impactaram também a esfera social. Houve uma considerável redução da pobreza, assim como uma mudança na concentração territorial da população chinesa. Segundo dados da PNUD, o rendimento nacional bruto per capita (INB) cresceu 9 vezes entre 1980 e 2006.. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China passou de 0,40 em 1980 para 0,650 em 2006. A população urbana, que representava menos de 20% do total em 1980, passou a quase 44% em 2006.

Esse processo foi resultado da união de diversos fatores histórico-econômico-sociais que tornaram a situação chinesa tão peculiar em relação ao resto do mundo. A liberação do comércio exterior em 1978, que antes era planejado pela autoridade central, possibilitou o aumento das importações, e , principalmente, das exportações. Dois fatores contribuíram diretamente para isso: a criação das chamadas zonas econômicas especiais (ZEEs) e a política cambial. As ZEEs ofereceram atrativos para as firmas estrangeiras voltadas para a exportação, como a permissão de *clusters*, incentivos fiscais e de infra estrutura, principalmente nas áreas de energia e transporte. A manutenção do câmbio desvalorizado também consistiu em um incentivo para que o Investimento Estrangeiro Direto (IDE) saltasse de US\$ 265 milhões para US\$ 138 bilhões entre 1981 e 2007. Algumas concessões tinham como contrapartida a criação de centros de pesquisa, investimento em tecnologia e inovações. Os *spillovers*, resultado desse avanço tecnológico, tiveram papel essencial na alteração da pauta de exportação chinesa nos últimos 20 anos. (NONNEMBERG,2010, p.10).

A mudança no perfil exportador ocorreu porque durante os primeiros anos de criação, as ZEEs abrigaram indústrias intensivas em mão de obra, pois havia disponível um grande contingente de mão de obra rural, com produtividade muito baixa. Apesar da elevação

da demanda por trabalho, os salários eram baixos, e as condições de trabalho precárias. O setor têxtil e de calçados predominavam a pauta de exportações chinesas. Com o investimento estrangeiro, a indústria de eletroeletrônicos se expandiu, bem como a produção de bens intensivos em tecnologia.

(...) A agressiva política de absorção tecnológica das empresas estrangeiras em parcerias com as empresas chinesas constitui, junto com esforço classicamente japonês e coreano de formação de “campeões nacionais” verticalmente integrados, uma característica distintiva da China e totalmente distinta da inserção passiva na cadeia de valor adicionado que caracteriza tipicamente do processamento exportações. Embora globalmente ainda seja modesto, é notável o fato de que o esforço de P&D na China é mais intenso nas empresas estatais e nas empresas coletivas. (...) a China combinou a estratégia do processamento de exportações com a busca de maior autonomia doméstica permitindo manter a concomitante expansão do valor adicionado industrial (MEDEIROS, 2010, p.284)

Como resultado, “as exportações de produtos eletrônicos de alta tecnologia aumentaram a participação de 7% do total das exportações, em 1990, para 37% em 2005” (CUNHA, 2008, p. 15).

Estimativas recentes apontavam que “a China era responsável por dois terços da produção mundial de sapatos, brinquedos, fornos de micro-ondas e máquinas de fotocópias, além de metade da produção mundial de tocadores de DVD, máquinas digitais e têxteis” (JACQUES, 2012, p. 185).

Segundo Pinto (2011), nas últimas três décadas, a China apresentou uma elevada taxa de crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) 10% entre 1980 e 2010 e um crescimento significativo do PIB per capita (em preço corrente) que saltou de US\$ 205,1 em 1980 para US\$ 4.282,9 em 2010.

Esse dinamismo foi adquirido ao longo do tempo, como podemos observar acompanhando a participação da China no PIB global (em dólares correntes), segundo o poder de paridade de compra. Entre 1980 e 1990, essa participação permaneceu praticamente estacionária e em patamar considerado baixo (de aproximadamente 3%), nível bem próximo à participação do Brasil. A partir da década de 1990, verificou-se um aumento nessa participação de 3,8% em 1990 para 7,15% em 2000. A primeira década do século XXI foi de fato o maior período de expansão chinesa, no qual a participação elevou-se de 7,15% para 13,26%, o que representa um crescimento de quase 100% conforme mostrado na tabela 1, abaixo.

Tabela 1. Participação no PIB global (em %), com base na Paridade de Poder de Compra – Brasil, China, Índia e Coréia

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	2,92	2,90	2,89	2,83	2,84	2,0	2,77	2,80	2,86	2,88	2,92
China	7,15	7,58	8,04	8,54	8,94	9,40	9,99	10,75	11,45	12,55	13,26
Índia	3,61	3,67	3,73	3,85	3,99	4,17	4,36	4,54	4,74	5,05	5,27
Coréia	1,84	1,87	1,95	1,93	1,93	1,94	1,94	1,94	1,93	1,95	1,96

Fonte: International Monetary Fund: World Economic Outlook -Database, Outubro 2010. Elaboração : própria

Durante a década de 2000, a China foi se destacando também como um mercado cada vez mais relevante para as exportações brasileiras. Conforme podemos ver na tabela 2, entre 1999 e 2002, a economia chinesa não aparecia como um dos 10 principais mercados de destino na pauta exportadora de produtos manufaturados. Em 2012, ela passa a aparecer como o 5º mais relevante mercado, à frente de países como a Alemanha e o Chile.

Tabela 2 . Participação dos Principais Mercados de Destino na Pauta Exportadora Brasileira de Produtos Manufaturados

1999		2002		2005		2008		2011		2012	
EUA	30%	EUA	38%	EUA	27%	EUA	20%	Argentina	22%	EUA	19%
Argentina	18%	México	7%	Argentina	14%	Argentina	17%	EUA	16%	Argentina	19%
Alemanha	4%	Argentina	6%	México	6%	México	5%	México	4%	Holanda	6%
Itália	4%	Chile	4%	Chile	5%	Alemanha	4%	Alemanha	4%	México	4%
México	4%	Alemanha	3%	Alemanha	4%	Chile	3%	Holanda	4%	China	4%
Chile	3%	Itália	3%	Venezuela	3%	Holanda	3%	China	3%	Venezuela	4%
Reino Unido	3%	Reino Unido	3%	China	2%	Venezuela	3%	Chile	3%	Alemanha	3%
Paraguai	2%	Venezuela	2%	Itália	2%	Colômbia	2%	Paraguai	3%	Chile	3%
Uruguai	2%	China	2%	Canada	2%	Paraguai	2%	Venezuela	3%	Colômbia	3%
França	2%	Colômbia	2%	Reino Unido	2%	China	2%	Colômbia	2%	Peru	2%
União Européia	20%	União Européia	16%	União Européia	16%	União Européia	18%	União Européia	18%	União Européia	18%
Estados Unidos + União Européia + Argentina	68%	60%	57%	55%	56%	56%	56%				

Fonte: WITS (2014)– elaboração própria

Logo, o crescimento vigoroso da economia chinesa e o seu respectivo aumento de demanda por *commodities* primárias foram também diretamente responsáveis pela elevação das exportações brasileiras de commodities. Isso reforça o impacto positivo das transformações ocorridas na economia chinesa para o Brasil, chamado por alguns autores, como Carvalho (2009), de “Efeito China”. O autor discorre sobre a importância da exportação de produtos primários, mas faz uma ressalva a respeito dessa participação chinesa:

“O crescimento vigoroso das exportações brasileiras pode ser atribuído em grande parte aos efeitos da China sobre os produtos primários que nós exportamos e sobre outros países que exportam produtos primários para os quais o Brasil vende produtos industrializados, como muitos dos nossos parceiros comerciais na América Latina”.

CARVALHO (2009, p. 119)

Em 2008, a crise financeira internacional provocou uma desaceleração econômica dos principais destinos das exportações brasileiras – em especial, a China - e, conseqüentemente, a redução dos preços das *commodities*. Entretanto, as contas externas brasileiras rapidamente recuperaram-se. Um dos motivos apontados por Pinto (2011) foi a recuperação das importações chinesas – resultado do intensivo investimento do governo chinês na elevação da demanda interna, através de políticas internas de estímulo ao consumo das famílias.

Há controvérsias quanto ao aumento da participação dos produtos primários na pauta exportadora brasileira, em detrimento da participação das manufaturas, pois questiona-se um possível processo de primarização da pauta exportadora brasileira e de fraco estímulo à indústria no Brasil. Entretanto, é inegável o benefício à balança comercial brasileira, decorrente da demanda da China por produtos brasileiros, que trouxe ao longo da década de 2000 um aumento das exportações brasileiras considerável.

1.2. A expansão da China nos anos 2000 e sua inserção no comércio global

Em 2001, a China passou oficialmente a participar da OMC. Esse ingresso fez com que algumas práticas fossem consideradas ilegais, entre uma delas, a exigência de contrapartidas de transferência tecnológica e de pesquisa e desenvolvimento.

“A entrada da China na OMC foi antecedida por profundo processo de ajuste de sua economia. Tal processo representou importante decisão política do governo chinês de reinserir o país na arena do comércio mundial e poder, assim, transformar o comércio em eixo propulsor de seu desenvolvimento. A acessão foi consequência, de um lado, da opção do governo chinês em adaptar um modelo econômico baseado nos princípios socialistas de economia planejada a um modelo de economia de mercado, designado por economia socialista de mercado, bem como estabilizar as relações comerciais com os demais países.”

(THORTENSEN,2012, p.25)

Além disso, havia o interesse dos países integrantes da OMC de controlar, a entrada dos produtos chineses. Ao se tornar membro, a China estaria sujeita às sanções regulatórias, bem como sujeita a prestar contas de suas medidas tarifárias.

“Desta forma, os interesses foram satisfeitos dos dois lados: a China, ao transformar o comércio internacional em ponto central de sua política de crescimento, necessitava da garantia de que suas exportações não seriam discriminadas, segundo as regras da OMC; e os demais membros da OMC, atraídos pelo vasto mercado chinês, em fase de abertura, consideravam que as regras existentes seriam garantia de que a invasão dos produtos chineses poderia ser controlada.”

(THORTENSEN,2012, p.25)

Em relação ao comércio global, a participação da China têm se mostrado cada vez maior. De 200 a 2010, a China passou de 5º lugar, com 5% das exportações totais, para 2º lugar, com 13,3% das exportações totais. “Na área de serviços, segundo dados da OMC, os resultados também são expressivos para o período de 200 a 2010. A china cresceu, passando de US\$30 bilhões para US\$170 bilhões.” (THORTENSEN,2012, p.30) O crescimento brasileiro no setor de serviços, apesar de ter sido grande nos últimos anos, não supera o chinês.

Entre os BRICS, a Índia e a Rússia também obtiveram uma expansão do setor de serviços superior à expansão no Brasil. “O Brasil passou de US\$9 bilhões para US\$30 bilhões. E a África do Sul cresceu de US\$5 bilhões para US\$14 bilhões. Ou seja, em dez anos, a China cresceu 5,6 vezes, a Índia 6,1 vezes, a Rússia 4,4, o Brasil 3,3 e a África do Sul 2,8 vezes.” (THORTENSEN,2012, p.30)

A China, por sua vez, tem se destacado nos últimos anos como um dos principais países de origem das importações brasileiras. Apesar dos Estados Unidos ainda ser um dos principais fornecedores, em valores absolutos, os chineses nos anos 2000 avançaram em ritmo superior. Como aponta Pinto (2011), em 2001, o Brasil importou dos Estados Unidos US\$13,1 bilhões, e da China apenas 10% desse valor. Em 2010, as importações do primeiro somaram US\$27,3 bilhões, e do segundo, mais de US\$25 bilhões.

A rápida ascensão da participação chinesa na pauta comercial do Brasil pode ser comprovada se compararmos o grau de integração da economia brasileira com a China, vis à vis com o resto do mundo. Um indicador que podemos utilizar para verificar tal afirmação é a Corrente de Comércio, resultado da soma das exportações com as importações, representando o total de comércio transacionado por um país com o exterior.

**Tabela 3 . Evolução das exportações, importações e corrente de comércio da China
- valor (em US\$ corrente) e participação mundial (%)**

	Exportações		Importações		Corrente de Comércio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1980-89	31	1,4	35	1,6	66	1,5
1990-99	129	2,9	114	2,6	243	2,6
2000	249	3,9	225	3,4	474	3,7
2001	266	4,3	244	3,8	510	4,1
2002	326	5,1	295	4,5	621	4,8
2003	438	5,9	413	5,3	851	5,6
2004	593	6,5	561	5,9	1.155	6,2
2005	762	7,3	660	6,1	1.422	6,7
2006	969	8,0	792	6,4	1.761	7,2
2007	1.218	8,8	956	6,7	2.174	7,7
2008	1.429	8,9	1.132	6,9	2.560	7,9
2009	1.202	9,7	1.004	7,9	2.206	8,8
2010*	990	10,4	886	9,0	1.876	9,7

(*) Acumulado dos três primeiros semestres do ano

Fonte: Direção de Estatísticas Comerciais/FMI. Elaboração: Ipea.

Enquanto em 2000, a participação da corrente de comércio da China era de 3,7%, em 2007 esse percentual mais que dobra, passando para 7,7%. (Tabela 3). A rapidez com que as exportações e importações chinesas evoluem também fica evidenciada após a crise de 2008. Enquanto boa parte do mundo entrava em recessão, o país continua a avançar, para 8,8% em 2009 e 9,7% em 2010.

Segundo Pinto (2011), esse crescimento destaca ainda mais a contribuição da China pela mudança recente dos fluxos comerciais mundiais e mostra a importância do papel desempenhado pelo comércio internacional na estratégia de crescimento chinês. Dentre os vários elementos que ajudam a compreender esta expansão, a política cambial (manutenção da moeda chinesa desvalorizada em relação ao dólar), os baixos salários e ganhos de produtividades da economia, são os principais apontados como propulsores da evolução.

O impressionante desempenho econômico da China (denominado de “milagre econômico”), bem como o aumento expressivo da importância da economia chinesa para a economia mundial na primeira década do século XXI, especialmente após a crise internacional, é percebido também se apresentarmos outros dados, como o Índice de Intensidade de Comércio.

O cálculo do Índice de Intensidade de Comércio entre Brasil e China é obtido pela razão entre a participação das exportações brasileiras para a China e a participação das exportações brasileiras para o resto o mundo. Um valor superior a 1 indica que as exportações do Brasil para o mercado chinês são maiores do que o esperado. Examinando a evolução do Índice de Intensidade de Comércio do Brasil com a China, entre 2004 e 2009, encontram-se valores superiores a 1 em todos os anos.

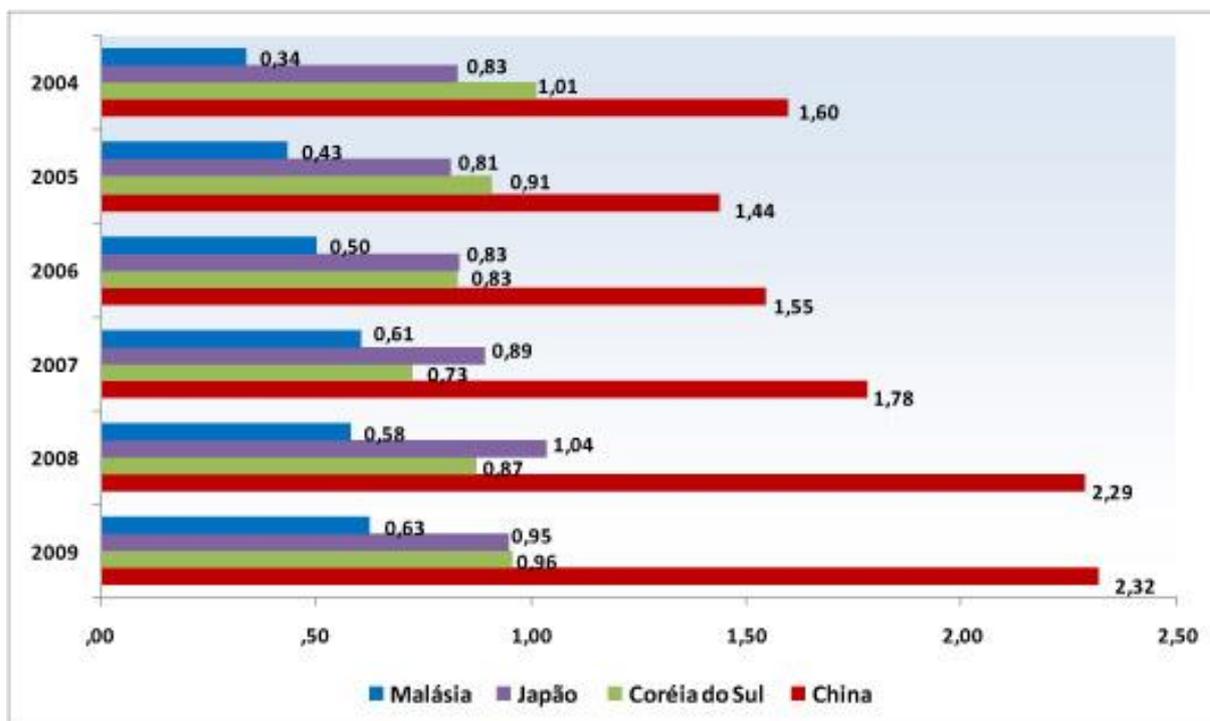
O índice de intensidade do comércio (IIC_{ij}) é definido pela expressão:

$$IIC_{ij} = \frac{X_{ij} / X_i}{M_j / M_w}$$

Onde: X = exportação; M = importação; i = país; j = região (MERCOSUL); w = mundo. IIC_{ij} permite avaliar a participação das exportações do país i para a região j (X_{ij}/X_i) em relação à participação das importações de j nas importações mundiais (M_j/M_w).

No Gráfico 1, observa-se que a China é o país onde a economia brasileira apresenta maior intensidade de comércio, dentre outros países do leste asiático (Malásia, Coreia do Sul e Japão). Entre 2004 e 2009 há um aumento de 45% nesse indicador. Dentre os demais países dispostos no gráfico, apenas a Coreia do Sul apresentou uma redução na intensidade de comércio com o Brasil no período. Apesar de a Malásia ter sido o país que obteve maior crescimento nesse índice entre 2004 e 2009, a intensidade de comércio desse país com o Brasil permanece sendo a menor entre os países analisados.

Gráfico 1 . Índice de Intensidade de Comércio – Brasil-China e Brasil - Países selecionados



Fonte: COMTRADE. Elaboração: UICC – Apex-Brasil.

Verificou-se, portanto, na China, um crescimento acompanhado de intensas transformações estruturais. Como resultado desse processo, houve a perda relativa de importância da agricultura na geração da renda e a forte elevação da participação do comércio exterior no PIB. Percebe-se que as exportações de bens e serviços ampliaram-se em uma velocidade significativamente superior à observada no conjunto da economia mundial. Ademais, a formação bruta de capital e a ampliação na participação da indústria na renda lideraram o processo de modernização produtiva. No caso chinês em particular, as exportações de bens e serviços ampliaram-se em uma velocidade significativamente superior à observada no conjunto da economia mundial. Enquanto isso, na América Latina, em especial, no Brasil, o período que se seguiu à crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, caracterizou-se pela perda de dinamismo da indústria e queda nos investimentos. A estratégia chinesa de ampliar o ritmo de acumulação de capital, sob a liderança do setor industrial, portanto, foi decisiva para a afirmação da China como uma potência mundial.

CAPÍTULO II

O COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA – DESAFIOS E OPORTUNIDADES

2.1. Possíveis mudanças no padrão de crescimento chinês e seus impactos para economia mundial no pós-crise internacional

As políticas fiscal e monetária chinesas configuradas após a crise financeira de 2008, e, sobretudo, o 12º Plano Quinquenal (2011-2015), aprovado no dia 12 de março de 2011 pela Assembleia Popular Nacional (APN), segundo Pinto (2011), indicam o interesse do governo chinês de ajustar o padrão de crescimento por meio do reforço de ampliação do consumo das famílias, sobretudo as de baixa renda. Além disso, outro desafio para o país é a desconcentração regional dos investimentos para sustentar, mesmo que a taxas menores, o crescimento de longo prazo e, de forma concomitante, reduzir as desigualdades.

Segundo Nogueira (2011), o padrão de crescimento dos últimos 30 anos da China provocou uma elevada concentração de renda (regional, funcional e pessoal) que, para

algumas correntes do Partido Comunista Chinês, estaria deteriorando a construção de uma sociedade harmoniosa e comunista. O Premier do Conselho de Estado, Wen Jaibao, em relatório apresentado na APN em 5 de março de 2011, deixou claro que o padrão de crescimento chinês precisa tornar-se mais sustentável, coordenado e equilibrado. Além disso, deu ênfase na preocupação com respeito à necessidade de recursos naturais crescente, justo em um contexto de restrição ambiental; além de destacar o desequilíbrio entre investimento e consumo; à disparidade de renda; ao desenvolvimento desigual entre áreas urbanas e rurais e entre regiões; à dificuldade do desenvolvimento da capacidade de inovação científica e tecnologia, entre outros problemas (JAIBAO, 2011).

Segundo Wen Jaibao (2011, p. 1), o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) é essencial para “building a moderately prosperous society in all respects and for deepening reform and opening up and speeding up the transformation of the pattern of economic development”. E foi baseado nessas premissas que foi desenvolvido o 12º Plano Quinquenal (2011-2015). As principais metas estabelecidas foram: crescimento médio de 7% do PIB, o que revela um patamar inferior do que dos últimos planos; ampliação do incentivo ao consumo das famílias, especialmente as de classe de renda baixa, conjuntamente à um aumento de 4% da participação do setor de serviços no PIB por meio do desenvolvimento em segmentos de alto valor agregado; sem que haja desestabilidade dos preços.

Outro ponto crucial do 12º Plano Quinquenal, elaborado pelo governo chinês, é o estímulo à inovação, o que implica no direcionamento de 2,2% do PIB para Pesquisa & Desenvolvimento; principalmente na área de energia limpa. A defasagem do salário mínimo também é abordada como um dos gargalos a serem combatidos pelo país, e o governo prevê uma política salarial que possibilite um aumento de 13% ao ano; além do estabelecimento de regimes de pensões que cubram todos os residentes rurais e 357 milhões de moradores urbanos. Ainda como política de bem estar, é prevista a construção e renovação de 36 milhões de apartamentos e casas para as famílias de baixa renda, com infraestrutura de saneamento básico, como uma forma de inclusão social, além da melhoria dos serviços públicos.

Pinto afirma que:

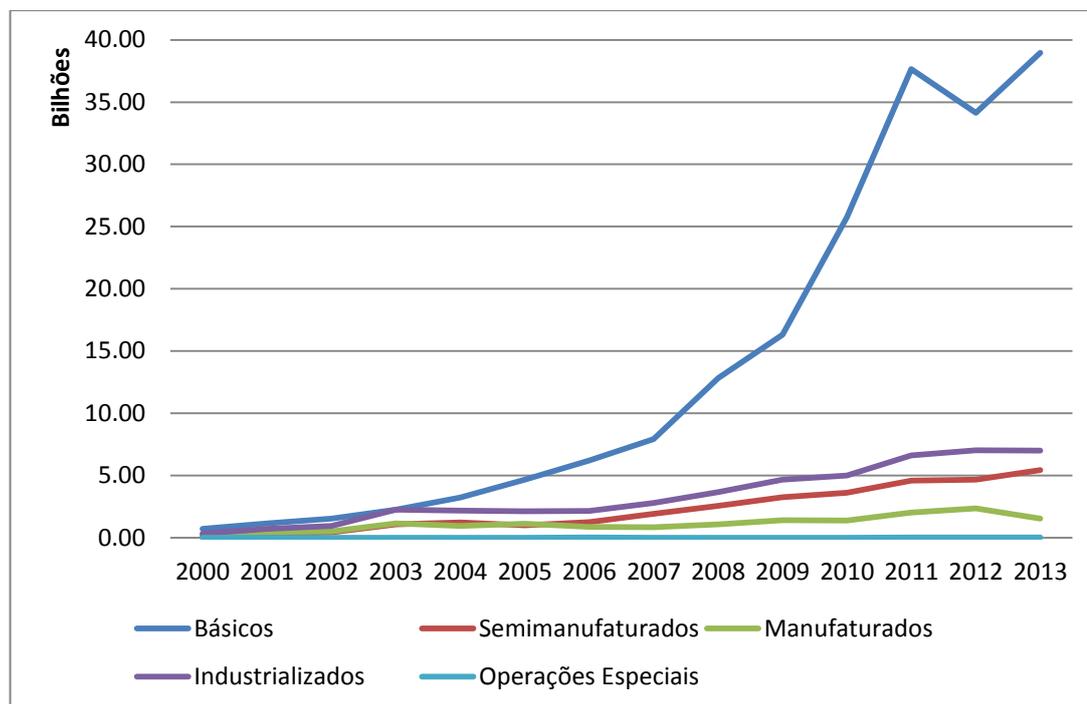
“A mudança no padrão de crescimento não é uma tarefa simples e o governo chinês sabe dessa dificuldade, ainda que este disponha, em boa medida, de instrumentos governamentais e recursos para realizar essa transição. Há, no entanto, três variáveis que podem dificultar esse processo e que não estão sob controle do Estado chinês: alimentos, matérias-primas e recursos energéticos. Essa mudança do padrão de crescimento que virá acompanhada de uma desaceleração do crescimento (entre 2% e 3%), por um lado, tende a gerar uma desaceleração do ritmo de crescimento da demanda de matérias-primas e energia, mas mesmo assim a quantidade de recursos demandados será elevada. Por outro lado, a tentativa de mudança na composição do crescimento (redução da participação do investimento no PIB com elevação do consumo das famílias e ampliação dos serviços públicos e seguridade social) tende a gerar um aumento no consumo de alimentos e de bens de consumo.”

(PINTO,2011, p.18)

Caso haja desaceleração no crescimento, e conseqüente queda na demanda de matérias primas, o Brasil será diretamente afetado, visto que é um dos principais fornecedores de insumos para a China. Como podemos ver no Gráfico 2, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior (MDIC), os insumos básicos são o principal fator agregado que o Brasil esporta para a China. Em 2001 o total exportado em insumos básicos era em torno de US\$ 1 bilhão, e em 2013 esse valor corresponde à mais de US\$ 38 bilhões , ou seja, houve um aumento de 3274%, em pouco mais de uma década. Em 2013, os insumos básicos representaram 68% do total exportado pelo Brasil para a China.

Enquanto isso, os produtos manufaturados somaram mais de US\$ 400 milhões em 2001, e em 2013 atingiram a marca de US\$1,5 bilhões, o que correspondeu a apenas 3% do total exportado pelo Brasil para a economia chinesa. Já as chamadas Operações Especiais, que incluem comércio de navios e aeronaves usadas em transporte internacional; comércio de plataformas de perfuração em águas internacionais; provisionamento de navios, aeronaves e outros veículos de transporte (consumo a bordo); encomendas postais; arrendamentos não financeiros; propriedade pessoal de migrantes; doações; e zonas de livre comércio; configuram papel ínfimo na participação da Balança Comercial. O total desse fator agregado representou em 2006 apenas 0,4% do total exportado para a China, e em 2013 esse número ainda caiu, passando para 0,1% do total.

Gráfico 2 . Exportações Brasileiras para a China, por fator agregado – em Bilhões de US\$ FOB (2000-2013)



Fonte: MDIC. Elaboração: própria

Se analisarmos os principais produtos exportados pelo país, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), percebemos que a soja, o minério de ferro, óleos brutos, pasta química, açúcares de cana e comestíveis de galinha, juntos, representam mais de 85% dos produtos exportados pelo Brasil. A soja, em 2014, representou 40,91% do total exportado para a China, e em seguida o minério de ferro aparece com a participação de 28,91%. As demais 94 categorias, contempladas pelo MDIC, corresponderam em 2013 e 2014 a menos de 1% do total exportado.

Tabela 4 . Principais produtos exportados pelo Brasil para a China, em participação (%)

Produto	2014	2013
Soja	40.91	37.25
Minério de ferro concentrados	28.91	33.08

Óleos brutos de petróleo	8.55	8.77
Pasta Quím. Madeira Soda/Sulfato	3.51	2.92
Outros açúcares de cana	2.16	3.08
Comestíveis de galinhas	1.28	0.96

Fonte: MDIC. (2015) Elaboração: própria

Logo, um decréscimo do consumo de matérias primas na China, pode sim ocasionar impactos significativos na economia brasileira, principalmente no tocante à balança comercial.

Para compensar a perda de dinamismo nas economias avançadas, após a crise de 2008, os exportadores chineses, obtiveram apoio do Estado para ampliar os mercados de destino, bem como a pauta exportadora chinesa. O principal objetivo é agregar valor e tecnologia, como estratégia de sustentação do crescimento. Segundo Cunha (2012), esse movimento tem sido complementado por meio da aquisição de ativos no exterior.

A Tabela 5 mostra a mudança geográfica do comércio exterior chinês. Segundo dados do Banco Mundial, Países da América Latina, que no período de 2001-2007 respondiam por 3,2% dos mercados compradores e 3,8% da origem das importações chinesas, passaram a deter 5,1% do fluxo de mercadorias compradas e 6,4% das mercadorias vendidas nos anos que se seguiram à crise financeira global. O Pacífico Asiático também viu sua participação nos fluxos de mercadorias subirem de 5,3% para 6,5% no tangente às exportações, e de 8,9% em 2001-2007 para 9,2% em 2009-2010, no período pós-crise. Cunha (2012) afirma que esse movimento já vinha ocorrendo no período compreendido entre a entrada da China na OMC e a véspera da crise, quando as exportações e importações chinesas cresceram de forma exponencial. Segundo dados do Banco Mundial, entre 2000 e 2008, as exportações chinesas de mercadoria cresceram 476%, passando de US\$ 249 bilhões para US\$ 1.435 bilhões. As importações avançaram 400%, de US\$ 215 bilhões para US\$ 1.074 bilhões.

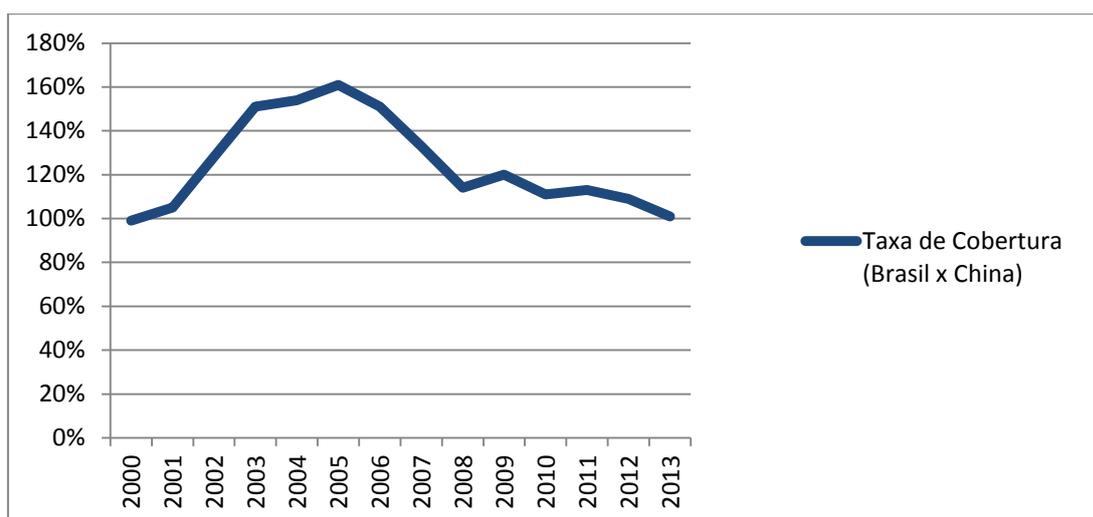
Tabela 5 . Destino das exportações e origem das importações chinesas (2001-2010)

	Exportações		Importações	
	2001-2007	2008-2010	2001-2007	2008-2010
Países de Alta Renda	82,8	74,9	71,8	64,4
África Subsaariana	1,8	2,7	2,3	4,0
América Latina	3,2	5,1	3,8	6,4
Europa e Ásia Central	3,3	4,9	3,4	3,3
Pacífico Asiático	5,3	6,5	8,9	9,2

Fonte: World Development Indicators (2012) Elaboração : própria

Outro dado importante a ser analisado é a taxa de cobertura, que é compreendida pela razão entre as exportações e importações. A taxa de cobertura nos indica a proporção em que as exportações de um país são capazes de cobrir o valor de suas importações. Geralmente é apresentado em percentual. No caso do Brasil, a taxa de cobertura vem diminuindo desde 2011, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o que indica que o volume de importações têm crescido em ritmo mais lento, se comparado ao aumento no volume de exportações.

Gráfico3. Taxa de Cobertura brasileira em relação à China - Exportações/ Importações (2000 a 2013)



Fonte: MDIC. (2015) Elaboração: própria

Apesar do comércio entre o Brasil e a China estar em expansão, como podemos observar pelos valores absolutos na tabela 6, essa razão deve ser observada, para que não haja descobertura, ou seja, saldo insuficiente para pagar as importações. Um valor acima de 100% indica que o país consegue manter uma balança comercial favorável, e portanto, cobre todas as suas importações.

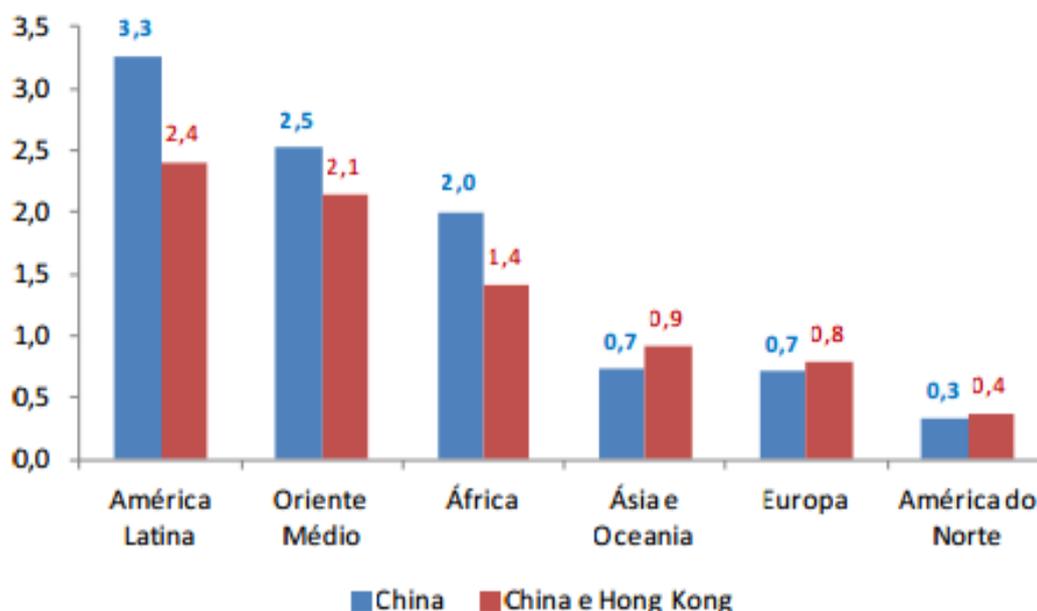
Tabela 6 . Volume de Importações e Exportações do Brasil para a China (2001-2013) em Bilhões de US\$ FOB

Ano	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
2000	55,1	55,8
2001	58,2	55,6
2002	60,4	47,2
2003	73,2	48,3
2004	96,6	62,8
2005	118,5	73,6
2006	137,8	91,3
2007	160,6	120,6
2008	197,9	172,9
2009	152,9	127,7
2010	201,9	181,7
2011	256,0	226,2
2012	242,5	223,1
2013	242,0	239,7

Fonte: MDIC. (2015) Elaboração: própria

Cunha (2012), destaca ainda que existe uma nova estratégia de crescimento chinês em vigor, que vem sendo delineada desde o final dos anos 2000. Segundo o autor, “depois de se tornar um dos principais destinos de investimento direto estrangeiro nos anos 1990 e 2000, a China tem se convertido em importante exportador de capital na forma de IDE, particularmente depois de 2005.” Setores de energia e de recursos naturais diversos têm sido priorizados, bem como países que se caracterizam pela abundância relativa daqueles produtos e que estão localizados na Ásia, África, América Latina e Oriente Médio

Gráfico4. Índice de intensidade regional dos investimentos chineses (2005-2011)



Fonte: MDIC. (2015) Elaboração: Cunha, André (UFRGS), 2012

Para o caso da América Latina, a Cepal (2011a, 2011b) aponta para a expansão dos investimentos acumulados. Chega a ordem de US\$ 7,3 bilhões no período 1990-2000, em 2010 de US\$ 15,2 bilhões, para o período pós 2011 alcança US\$ 22,7 bilhões. Logo, a estratégia de aquisição de ativos financeiros passou a ser um dos motores do crescimento chinês, como uma alternativa apenas ao aumento da produtividade do trabalho. Essa tendência fica ainda mais explícita no período pós crise mundial de 2008, que afetou diretamente a economia europeia e americana.

2.2. O comércio Brasil x China – similaridades, disparidades e desafios

A China ultrapassou os Estados Unidos em 2009 e se transformou no principal parceiro comercial do Brasil. Como vimos no capítulo anterior, a pauta exportadora brasileira é majoritariamente composta de matérias primas, fato que garantiu superávits brasileiros crescentes na primeira década do século XXI, com exceção dos anos de 2007 e 2008. O ciclo de alta de preços das matérias-primas que se configurou depois de 2003 foi vantajoso para o país, mas tem se deteriorado ao longo dos anos. E o Brasil não tem concentrado esforços em substituir a exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico por outros de maior valor agregado. Cunha (2012) destaca, por exemplo, dois produtos: soja e minério de ferro. Esses, sozinhos, representam mais de dois terços do total exportado pelo Brasil. Segundo o autor, no período 2008-2011, cerca de 90% dos produtos exportados pelo Brasil

eram intensivos em recursos naturais, in natura ou processados, um aumento enorme, se comparado aos anos 1990, quando essa proporção atingiu 53%.

Simultaneamente, as importações evoluíram no sentido contrário, com ampliação na participação dos setores de média e alta tecnologia. Na tabela 7 podemos ver os 10 produtos mais importados pelo Brasil, em US\$ FOB, em 2013 e 2014. Juntos, esses produtos totalizam 15,6% do total importado da China em 2014 e 14,0% em 2013. Essa tendência, segundo Cunha (2012) é observada nos países da América Latina, em geral, que são exportadores de matérias primas em sua maioria, e importadores de produtos intensivos em tecnologia.

Tabela 7 . Principais produtos importados da China pelo Brasil em US\$ FOB

Produto	2014	2013
---------	------	------

Máquinas, aparelhos /materiais elétricos	1,460,844,657	1,004,579,480
Aparelhos de gravação /reprodução de imagens	1,397,073,347	1,716,918,738
Terminais portáteis de telefonia celular	537,343,680	465,875,657
Tela para microcomputadores /Portáteis, policromática	417,895,694	479,697,949
Barcos-faróis /guindastes/docas/diques	379,014,904	0
Microprocessadores	367,129,983	355,394,485
Outras unidades de ar condicionado	360,301,451	299,909,160
Glifosato e seu sal de monoisopropilamina	323,469,497	373,269,716
Lâmpadas/Tubos	300,143,638	325,158,737
Aubos/Fertilizantes	298,188,864	184,678,628

Fonte: MDIC. (2015) Elaboração: própria

Portanto, a ascensão chinesa contribuiu para o aumento na demanda internacional de recursos naturais e, por decorrência, para a elevação no preço das commodities. Várias economias latino-americanas, especialmente na América do Sul, se beneficiaram desse período, ampliando sua inserção externa e traduzindo tal choque externo favorável em elevação dos níveis internos de crescimento.

A princípio, portanto, não podemos indicar um conflito de interesses, no tocante ao comércio de produtos sino-brasileiro. Mas para analisarmos melhor, podemos utilizar o Índice de Comércio Intrasetor Industrial, importante quando precisa-se entender a dinâmica do comércio exterior entre países que têm em comum um mesmo setor produtivo. Esse tipo de comércio é caracterizado por não ocorrer de forma concorrencial, mas a partir de uma dinâmica de cooperação.

Isso possibilita a existência de trocas comerciais maiores, mesmo que as economias das duas regiões envolvidas não sejam complementares.

O valor do índice de comércio intrassetorial varia entre 0 e 1, sendo considerado relevante quando superior a 0,5. Para a construção da Tabela 8 foram selecionados os setores, por classificação CNAE dois dígitos, cujo indicador ficou acima de 0,5 em 2009. Em seguida, buscaram-se os setores, por classificação CNAE três dígitos, que obedeceram a esse mesmo critério.

Tabela 8 . Comércio intrassetorial – China x Brasil (2003-2009)

CNAE	Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
21	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel							
212	Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão	0,00	0,02	0,13	0,63	0,91	0,87	0,95
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas							
151	Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	0,27	0,10	0,10	0,30	0,89	0,21	0,91
14	Agricultura, pecuária e serviços relacionados							
142	Extração de outros minerais não-metálicos	0,51	0,41	0,89	0,61	0,55	0,89	0,91
27	Metalurgia básica							
272	Siderurgia	0,01	0,04	0,09	0,87	0,21	0,04	0,87
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas							
158	Fabricação de outros produtos alimentícios	0,74	0,74	0,82	0,34	0,88	0,87	0,82
24	Silviculturas, exploração florestal e serviços relacionados							
247	Fabricação de produtos químicos orgânicos	0,60	0,63	0,61	0,49	0,43	0,93	0,76
248	Fab. de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	0,80	0,73	0,81	0,81	0,91	0,79	0,72
51	Pesca, aquicultura e serviços relacionados							
51	Pesca, aquicultura e serviços relacionados	0,45	0,82	0,85	0,98	0,97	0,60	0,54

Fonte: MDIC. Elaboração: UICC – Apex-Brasil.

Ao observar a tabela 8, podemos notar que o comércio intrassetorial tem crescido significativamente na corrente de comércio entre Brasil e China, pois nos setores de fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão, que em 2003 possuía um índice de 0,00, em 2009, o mesmo índice registra 0,95. O setor de abate também se destaca, pois, em 2003 registrava 0,27 e em 6 anos esse número salta para 0,91.

Nota-se que o setor de siderurgia, que possuía um índice de 0,01 em 2003, evoluiu

de forma semelhante, e em 2009 cresceu para 0,91. Uma das possíveis explicações para isso é a forte demanda por produtos siderúrgicos em setores como o da construção, bens de capital, montadoras, papel e celulose, petroquímico, energia elétrica, transporte e eletrodoméstico. A economia chinesa quando cresce, demanda mais esse tipo de produto, o que é extremamente benéfico para o comércio brasileiro.

A extração de outros minerais metálicos, quando abrimos na CNAE 3.0 , dentro de agricultura, pecuária e serviços relacionados, é outro destaque. Entre 2003 e 2009 houve um aumento de quase 100% do índice de comércio intrassetorial, que passou de 0,51 para 0,91.

Ao compararmos a importância do Brasil para a China, é importante observar as 2 principais categorias de produtos que os chineses importam dos brasileiros: minério e vegetais, em geral. Nesse quesito, a relevância do Brasil para a China é, em termos reais, bem menor do que outros países como a Austrália e o Leste Asiático.

Tabela 9 . Origem das importações chinesas de Minério- em Milhares U\$(2009-2013)

	2009	2010	2011	2012	2013
Leste Asiático	27288663.67	46879055.9	69086692.1	63573558.1	75848114.6
Austrália	23251301.84	39610895.2	55838551.8	50681246.8	61252123.1
Brasil	13312645.17	18540227.6	26376506.8	23284958.4	22474760.6

Fonte: WITS Elaboração: Própria

Como podemos ver na tabela 9, a Austrália ainda exporta um valor quase 50% maior do que o Brasil, e esse número também vem crescendo mais rapidamente do que as exportações brasileiras. Entre 2009 e 2013, a Austrália praticamente triplicou o valor do minério fornecido à China, um crescimento de 263,5%, enquanto o Brasil cresceu de 13312645.17 – em milhares U\$) para 22474760.6, o que significa um aumento de 168,8%.

Esse mesmo movimento é observado quando olhamos para a tabela 10. A evolução das exportações americanas se destaca entre 2009 e 2012, com uma queda entre 2012 e

2013, a qual beneficiou o Brasil, que viu suas exportações de vegetais passarem de 15490683.2 para 19730340.02 milhares de U\$.

Tabela 10 . Origem das importações chinesas de vegetais - em Milhares U\$(2009-2013)

	2009	2010	2011	2012	2013
Estados Unidos	9956342.293	12651179.43	14521113.15	18633415.9	16696729.67
Leste Asiático	8464285.577	10554522.06	14946812.76	16740293.25	15593846.09
Brasil	7774600.814	9006876.087	12466736.29	15490683.2	19730340.02

Fonte: WITS Elaboração: Própria

Existe, atualmente, um estudo do Inter American Dialogue China—Latin America Finance Database constitui uma importante fonte de dados sobre o comércio entre a China e a América Latina e o Caribe. O banco de dados interativo disponível online inclui acima de \$100 bilhões em compromissos de empréstimo para América Latina e países caribenhos, pesquisável por país, prestador/credor, por setor e por ano.

Segundo da Costa (2014), existem alguns pontos importantes que podem ser destacados a partir da consulta aos dados, sendo a maioria deles relacionados às novas diretrizes da dinâmica do comércio entre a economia chinesa e os países da América Latina. O autor cita primeiro a relevância do montante de financiamentos chineses para os países da América Latina, que atingiram \$20.1 bilhões em 2013. Esse valor representa mais do que o triplo quando comparado ao valor investido em 2012. Os principais beneficiários em 2013 incluíram Venezuela, Equador, Argentina e Brasil.

Em 2010 esses valores eram de \$37 bilhões, o que representa mais do que o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco dos E.U.A. de Exportação-importação investiram juntos naquele ano.

Ainda segundo da Costa (2014), os bancos chineses têm dado ênfase nos setores de infraestrutura, ou em recursos naturais. De 2005 até 2014 os bancos financiaram \$54.4 bilhões em projetos de infraestrutura, à medida em que os projetos de energia corresponderam à \$26,3 bilhões dos financiamentos chineses globais na região.

Mas existem outros países na mira dos investidores chineses. A Argentina, Equador e Venezuela, que não possuem facilidade de acesso aos mercados de capital, têm dividido a atenção com o Brasil. Isso porque os bancos chineses financiam um grupo diverso de países que não possuem cobertura do Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento e outros bancos norte americanos e europeus.

Costa afirma que : “A maioria dos empréstimos internacionais da China tem origem via Banco de Desenvolvimento da China (\$78.3 bilhões desde 2005) e Banco de Exportação-importação da China (China Development Bank – CBD) (\$10.2 bilhões). “ Ambos foram criados pelo governo chinês como parte de uma “política de crédito” para apoiar os objetivos políticos.

Desde os anos 90, as relações Brasil-China, em quase todos os setores eram tão promissoras que foram definidas conceitualmente como uma Parceria Estratégica pela maioria dos especialistas em comércio. No entanto, a validade desse conceito tem oscilado, principalmente pela estagnação da economia brasileira nos últimos anos.

Os entraves estruturais burocráticos, econômicos e estruturais que o país enfrenta, mais conhecido como o “Custo Brasil”, têm dificultado não somente o desenvolvimento da indústria local, mas também o estabelecimento de acordos diplomáticos que ofereçam atrativos aos investidores estrangeiros. Ao passo em que a China passou por um forte e extenso desenvolvimento nos últimos 20 anos, o Brasil ainda encontra um quadro estacionário no tocante à infraestrutura, que aos poucos se torna ultrapassada ou ineficiente.

Frente à crise da economia norte-americana em 2008, que impactou negativamente o comércio internacional e o desenvolvimento das maioria das nações, a China decidiu aplicar algumas mudanças em seus sistemas econômico, gerencial e ecológico, o que por sua vez implicou necessariamente na mudança de gestão de seus investimentos no exterior.

Segundo Abdenur (2014), ainda existem algumas oportunidades para o país firmar importantes parcerias e acordos. Segundo o autor, o Brasil possui forte expertise na gestão de certas atividades econômicas em áreas onde os chineses ainda não tem

tradição. E em 2014 já pudemos observar esse movimento, principalmente no setor de infraestrutura. Em julho desse mesmo ano, os governos do Brasil e da China assinaram 32 acordos, em uma cerimônia com a presença da presidente Dilma Rousseff e do presidente da China, Xi Jinping, entre outros representantes dos dois países. Os acordos incluíram os setores de transporte, energia, comércio e educação.

Na área de transporte sobre trilhos, por exemplo, foi assinado um memorando de entendimento sobre cooperação ferroviária entre o Ministério dos Transportes do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China. A proposta assinada tem por finalidade estimular a ajuda mútua na elaboração de projetos ferroviários e capacitação de recursos humanos. Isso porque os chineses têm grande expertise na implantação de sistemas ferroviários de alta tecnologia, logo, podem contribuir para melhorar a infraestrutura de transporte de todo o país, tanto na área de cargas como na de passageiros.

A SAC (Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República) do Brasil e a CAAC (Administração Nacional de Aviação Civil) chinesa assinaram uma cooperação também nas áreas de infraestrutura aeroviária, transporte aéreo, navegação aérea, combustíveis ambientais e sustentáveis, indústria aeronáutica e capacitação de novos profissionais no setor. Esse acordo assinado envolveu a comercialização de 40 aeronaves fabricadas pela EMBRAER à Tianjin Airlines, companhia aérea da Hainan Airlines e 20 jatos, em um negócio feito com o ICBC (sigla em inglês do Banco Industrial e Comercial da China).

Os outros acordos entre os dois países incluíram a promoção de investimento industrial, a facilitação de vistos de negócios, o incentivo à tecnologia da informação e telecomunicação e também o estímulo ao aprendizado do mandarim no Brasil.

Essa visita de Xi Jinping marcou os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China. A assinatura dos 32 acordos constituiu um importante passo na consolidação da cooperação entre os dois países, que viram a possibilidade de crescimento no estreitamento da sua relação comercial.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, conclui-se que a China, portanto, desde os anos 2000, têm se consolidado como um dos principais parceiros comerciais do Brasil, tanto no tocante às importações quanto no âmbito das exportações. Pudemos perceber durante esse período

o aprofundamento das relações comerciais entre os países, e atualmente, a possibilidade de extrair benefícios no estabelecimento de novos acordos, principalmente no setor de infraestrutura e tecnologia.

Como visto na seção 1.2, a inserção da China no comércio global provocou grandes mudanças nas relações comerciais brasileiras com os Estados Unidos, que perdeu mercado frente às vantagens oferecidas pela China. A América Latina se firmou como um pólo atrativo do investimento chinês, e o Brasil por sua vez se beneficiou dessa política adotada pelo governo frente à crise de 2008 que assolou a economia americana e européia.

A expansão da necessidade chinesa por recursos naturais fez com que o preço das commodities sofresse um aumento significativo no mercado internacional, o que também trouxe benefícios para o Brasil. Como o país é intensivo na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, a soja e o minério de ferro, sozinhos, representam mais de dois terços da exportação brasileira para a China. Como vimos na sessão 2.2, a China se tornou o principal destino desses dois produtos produzidos aqui, então o aumento do preço e da demanda significaram uma dupla vantagem para os produtores brasileiros.

Enquanto em 2000, a participação da corrente de comércio da China era de 3,7%, em 2007 esse percentual mais que dobrou, passando para 7,7%. A rapidez com que as exportações e importações chinesas evoluem também ficou evidenciada após a crise de 2008. Enquanto boa parte do mundo entrava em recessão, o país continua a avançar, para 8,8% em 2009 e 9,7% em 2010.

Tais números só confirmam a importância da China para nossa região e indicam a grande sensibilidade que nossa economia tem a respeito do comportamento da economia chinesa.

BIBLIOGRAFIA

ABDENUR, M, Brasil-China: De Parceria Estratégica para Estratégica Global, CCIBC, 2014, Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/noticias-e->

publicacoes/opinioes-e-artigos/artigos-por-autor/roberto-teixeira/a-crescente-relevancia-da-china-na-america-latina

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL), Dados comerciais Brasil x China, 2013

CARVALHO, C. E. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 111-123, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a10v2366>

CUNHA, A.; ACIOLY, A. China: ascensão à condição de potência global: características e implicações. In: CARDOSO, J.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Org.). Trajetórias recentes de desenvolvimentos. Brasília: Ipea, 2008

DA COSTA, R, A Crescente Relevância da China na América Latina CCIBC, 2014, Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/noticias-e-publicacoes/opinioes-e-artigos/artigos-por-autor/marcio-abdenur/brasil-china-de-parceria-estrategica-para-estrategica-global>

JACQUES, M; When China Rules the World. The End of the Western World and the Birth of a New Global Order. London: Penguin,2012

JAIBAO, W. Report on the work of the government. Delivered at the fourth session of the eleventh do National People's Congress on March 5, 2011. Disponível em: www.china.org.cn

LEÃO, R; PINTO, E; ACIOLY, L; A China na nova configuração global. Impactos políticos e econômicos, Brasília, IPEA, P.65-187, 2011.

LÉLIS, M. T. C. CUNHA, A. M.; LIMA, M. G. The performance of Chinese and Brazilian exports to Latin America, 1994-2009. CEPAL Review, v. 106, p. 55-73, 2012.

LOSURDO, D. Fuga da história? , Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, (MDIC), Estatísticas de Comércio Exterior, 2014

MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. (Org.). O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008

NOGUEIRA, I. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na China contemporânea. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2011.

NONNENBERG, M.; LEVY, P.; NEGRI, F.; COSTA, K. "O Crescimento Econômico e a competitividade chinesa". IPEA, 2009

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n.1470), Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/04692.pdf>

THORSTENSEN, V; OLIVEIRA, I. T. M. Os. BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, IPEA, 2012

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). World Economic Outlook Database, out. 2010.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION, (WITS), Database, 2014